

## **POLÍTICA DE CUIDADOS COMO MEIO DE GARANTIA DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL: INTERAÇÕES ENTRE A AGENDA INTERNACIONAL E INTERNA BRASILEIRA**

### **DECENT WORK IN THE BRAZILIAN INTERNATIONAL AND INTERNAL POLITICAL AGENDA: OVERVIEW AND CHALLENGES**

## **POLÍTICA DE CUIDADO COMO MEDIO PARA GARANTIZAR EL TRABAJO DECENTE EN BRASIL: INTERACCIONES ENTRE LA AGENDA INTERNACIONAL E INTERNA BRASILEÑA**

**Marcelo Rodrigues**

Livre-docente em disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, Doutorando em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil), Curitiba, Paraná, Brasil.

**Ane Elise Brandalise Gonçalves**

Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil), Corte Internacional de Justiça (CIJ), Curitiba, Paraná, Brasil.

### **RESUMO**

Este estudo se propõe a avaliar a implementação do direito ao trabalho decente no Brasil, levando em consideração os compromissos internacionais assumidos pelo país no que diz respeito à referida pauta. A hipótese de pesquisa é a de que a previsão normativa brasileira de uma Política Nacional de Cuidados não apenas fortalece os direitos humanos sociais, mas como também é forma estratégica de o Estado Brasileiro restar atualizado perante a sociedade internacional e, a longo prazo, mitigar responsabilizações por violações a direitos humanos concernentes à temática. Para testar a hipótese, este artigo está estruturado em duas partes centrais: a primeira concernente à apresentação do Direito ao Cuidado e Trabalho Decente na Agenda Política Atual, e a segunda parte na análise da atuação estratégica em termos de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Política de Cuidados. Trabalho Decente.

### **ABSTRACT**

This paper analyses the implementation of the right to decent work in Brazil, considering the international commitments undertaken by the Brazilian community regarding this issue. The research hypothesis is that the Brazilian normative provision of a National Care Policy not only strengthens social human rights, but also takes a strategic way for the Brazilian State to remain in consonance with international society and, in the long term, accusations for human rights violations related to this issue. To test this hypothesis, the paper is

structured in two parts: the first one presents the Right to Care and Decent Work in the, and the second part analyzes the strategic action in terms of human rights.

**Keywords:** Human Rights. Care Policies. Decent Labor.

### RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo evaluar la implementación del derecho al trabajo decente en Brasil, teniendo en cuenta los compromisos internacionales asumidos por el país respecto a esta temática. La hipótesis de la investigación es que la previsión normativa brasileña de una Política Nacional de Cuidados no sólo fortalece los derechos humanos sociales, sino que también es una forma estratégica para que el Estado brasileño se mantenga actualizado con la sociedad internacional y, a largo plazo, mitigue la responsabilidad por violaciones de derechos humanos relacionados con el tema. Para probar la hipótesis, este artículo se estructura en dos partes centrales: la primera relativa a la presentación del Derecho al Cuidado y al Trabajo Decente en la Agenda Política Actual, y la segunda parte en el análisis de la acción estratégica en materia de derechos humanos.

**Palabras clave:** Derechos Humanos. Política de Atención. Trabajo Decente.

### INTRODUÇÃO

A previsão de direitos humanos, seja em tratados internacionais ou mesmo no âmbito interno, sob o título de “direitos fundamentais”,<sup>1</sup> é fruto de conquistas que se pavimentam pouco a pouco, em constante movimento e interação<sup>2</sup> entre os mais diversos agentes (com ou sem personalidade jurídica de direito internacional), dentre os quais o Estado.

No que pese a doutrina, como Bobbio,<sup>3</sup> ter reconhecido que não basta a previsão de direitos humanos em tratados internacionais, ainda ela se cuida de

---

<sup>1</sup> De acordo com Ingo Wolfgang Sarlet, "direitos humanos" são reconhecidos em âmbito internacional, visando proteger a dignidade humana universalmente. Já os "direitos fundamentais" referem-se aos direitos garantidos por uma ordem jurídica específica, sendo a expressão utilizada no direito interno. Ambos possuem a mesma essência, já que referentes à dignidade da pessoa humana, mas se diferenciam apenas pelo contexto normativo. Ver: SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed., rev. e atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

<sup>2</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 22ª Edição, 2024.

<sup>3</sup> BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

via relevante para reconhecimento, sobretudo quando envolve pessoas vulneráveis, como se dá no caso do direito ao cuidado.

Mesmo assim, a implementação de direitos humanos, notadamente de direitos sociais como o direito ao trabalho decente e o direito ao cuidado, também perpassa pelos esforços feitos pela Política Internacional e pelas Políticas Públicas, que interagem com o Direito nas suas mais variadas facetas.<sup>4</sup>

Em termos políticos, a distinção entre o contexto interno e o externo foi se tornando menos rígida face às interações e fatores compartilhados entre políticas internacionais e nacionais, o que desde muito é percebida pelos teóricos, sobretudo da seara das Relações Internacionais.<sup>5</sup>

Os esforços na agenda brasileira para lançar uma Política de Cuidados exemplificam essa dinâmica, especialmente porque o tema também está em discussão no âmbito internacional – tanto regional, na esfera interamericana de direitos humanos, quanto global. Eis o tema central deste artigo.

A hipótese de pesquisa é a de que a previsão normativa brasileira de uma Política Nacional de Cuidados não apenas fortalece os direitos humanos sociais, mas como também é forma estratégica de o Estado Brasileiro restar atualizado perante a sociedade internacional e, a longo prazo, mitigar responsabilizações por violações a direitos humanos concernentes à temática.

Para testar a hipótese, este artigo está estruturado em duas partes centrais: a primeira concernente à apresentação do Direito ao Cuidado e Trabalho Decente na Agenda Política Atual, e a segunda parte na análise da atuação estratégica em termos de direitos humanos.

Mais precisamente, inicia-se apresentando os conceitos-chave para compreensão geral, como as ideias de política internacional e interna; o conceito

---

<sup>4</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Op. cit.; RECK, Janriê Rodrigues. **O direito das políticas públicas**: regime jurídico, agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

<sup>5</sup> ROSENAU, J. N. **The scientific study of foreign policy**. New York: Nichols Publishing Company, 1980; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

de cuidados e do que pode se entender como direito humano ao cuidado, e a definição de trabalho decente no contexto do desenvolvimento sustentável.

Após, passa-se a analisar a atuação estratégica em direitos humanos, com enfoque, no caso em tela, à averiguação dos principais fatores (internacionais e nacionais) que estão a pavimentar por um direito ao cuidado no Brasil, enquanto forma de garantia do trabalho decente.

Desde logo se adiante que os acontecimentos principais apresentados referem-se à solicitação de opinião consultiva, formulada pelo Estado da Argentina, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2023 e, na esfera interna brasileira, a atuação legislativa e executiva, promovida em 2024 para fins de previsão de uma Política Nacional de Cuidados (Projeto de Lei - PL 2.762/2024 e atual Lei nº 15.069, em vigor desde 23 de dezembro de 2024).

No que pese ser possível levantar outras variáveis em termos de Política Internacional e Nacional a respeito do assunto, focou-se nesses dois fatores principais (Consulta formulada pela Argentina, em 2023 e, no plano interno, análise do PL 2.762/2024, que deu ensejo à atual Lei nº 15.069/204), para fins de filtrar as questões de principal relevo em termos de atuação estratégica.

Por fim, considerações finais serão traçadas. O trabalho é de pesquisa explicativa, com uso do método dedutivo. A metodologia empregada é a de revisão bibliográfica e documental, multidisciplinar.

## **COMPREENDENDO O DIREITO AO CUIDADO E O DIREITO AO TRABALHO DECENTE ENQUANTO PAUTAS DA AGENDA POLÍTICA**

Antes de analisar qualquer variável ou mesmo os resultados da interação entre agentes na esfera internacional e no âmbito doméstico, essencial compreender, ainda que de forma sintetizada, o que se entende por Política Internacional e Política Interna; o que seria o denominado direito ao cuidado e o que trata o trabalho decente no contexto da busca pelo desenvolvimento sustentável.

Cuidam-se de ideias essenciais a averiguar as interações entre o internacional e nacional (e vice-versa) no caso em análise e para testar a hipótese inicial do trabalho. Confira-se.

### **Política Internacional e Nacional: Definições**

Na leitura clássica, o termo “Política Internacional” também pode ser encontrado, como sinônimo de Política Externa, que remetia à atuação primordial dos Estados na consecução de seus interesses perante a sociedade internacional,<sup>6</sup> ou, na doutrina estrangeira, especialmente a americana, como Relações Internacionais. Parte da doutrina,<sup>7</sup> outrossim, utiliza o termo “política mundial”, sobretudo quando nos estudos da atuação de agentes outros que não necessariamente os sujeitos de Direito Internacional Público, tais como as das organizações não-governamentais e das empresas transnacionais.

No presente trabalho, utiliza-se os termos Política Internacional e Política Interna. De toda sorte, a questão terminológica é meramente teórica, de modo que o ponto principal, aqui, é o de relatar o fenômeno em si.

Para Henrique Altemani de Oliveira, a política internacional pode ser tomada como “um processo dinâmico no qual as diferentes variáveis se encontram em constante reavaliação”.<sup>8</sup> Nesta dinâmica, estar-se-iam inseridos indicadores como a análise do meio interno e internacional; o estudo da compatibilização entre a realidade interna/internacional com as possibilidades externas; processo de tomada de decisão; implementação da decisão; ação e, por fim, avaliação da política empregada.<sup>9</sup>

E por mais que os direitos humanos não estejam mais atrelados aos cuidados da esfera diplomática dos Estados, como o eram inicialmente,<sup>10</sup> ainda

<sup>6</sup> ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa**. Op. cit.

<sup>7</sup> RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn (orgs.). **The power of human rights: international norms and domestic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations** 9th ed.. USA: Oxford University Press, 2023.

<sup>8</sup> ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa**. Op. cit., p. 14.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>10</sup> TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e a justiça internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011; PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Op. cit.

estes exercem papel essencial na implementação e garantia desses direitos produzidos na sociedade internacional sobre o cotidiano das pessoas, mormente naquelas mais vulnerabilizadas.

Por sua vez, de acordo com o Dicionário de Política,<sup>11</sup> a política nacional perfaz o conjunto de decisões, ações e diretrizes adotadas por um governo dentro dos limites territoriais de um Estado, visando organizar e regular a vida pública, promover o bem-estar social e garantir a ordem política, econômica e jurídica.

Ocorre que, se antes a Política Internacional era vista de forma apartada à Política Nacional, a distinção entre o contexto interno e o externo foi se tornando menos rígida face às interações e fatores compartilhados entre políticas internacionais e nacionais, o que desde muito é percebida pelos teóricos, sobretudo da seara das Relações Internacionais.<sup>12</sup>

Ainda, como se observa dos conceitos ora expostos, um mesmo evento pode resultar em análises diversas, a depender das variáveis principais e do enfoque conferido (plano da análise da tomada de decisões, dos dados envolvidos na realidade social, etc.).

### Cuidado e Direito ao Cuidado

De forma geral, o cuidado pode ser tomado como “um conjunto de atividades que englobam tudo o que fazemos para manutenção, continuação e reparação no nosso mundo, de modo que possamos viver nele da maneira mais viável possível”.<sup>13</sup>

O cuidado perfaz uma proteção que apesar de poder acompanhar o ser humano em toda sua vivência, se destaca pela atuação nos momentos de mais

---

<sup>11</sup> BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicolau. **Dicionário de política**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.

<sup>12</sup> ROSENAU, J. N. **The scientific study of foreign policy**. Op. cit.; ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa**. Op. cit.

<sup>13</sup> TRONTO, Joan. *Vicious circles of privatized caring: Care, Equality, and Democracy*. In: Maurice Hamington; Dorothy Miller (eds.). **Socializing Care: Feminist Ethics and Public Issues**, and Littlefield Publishers, 2006.

vulnerabilidade da pessoa, como nos recém-nascidos e crianças, bem como na fase final do envelhecimento. Em outros termos: o “cuidar” e “ser cuidado” faz parte da natureza humana, mas se sobressai enquanto dever no início e no fim da vida,<sup>14</sup> em uma tríplice função: dar cuidado, receber cuidado e autocuidar-se.

Por certo, o presente trabalho ganha enfoque maior no cuidado quanto ao seu primeiro tripé, no tocante aos trabalhadores e trabalhadoras que exercem tal atividade e conferem o cuidado para com terceiros.

Para Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda, a prestação de cuidados pode ser dividida em dois tipos: o direto (pessoal ou relacional), como cuidar de um cônjuge doente, e o indireto, como atividades de cozinhar e de limpar.<sup>15</sup>

No direito comparado, em análise a jurisdições como a de Portugal, tem-se que o direito ao cuidado já encontra denominação, podendo ser tomado como o conjunto de princípios e normas que garantem a todas as pessoas, especialmente às mais vulneráveis, o acesso a medidas e ações destinadas à proteção, assistência e promoção de sua dignidade e bem-estar.

Internacionalmente, o cuidado, enquanto direito, já foi assim reconhecido em 2022, na ocasião da XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, promovida pela CEPAL e ONU Mulheres, ocorrida na Argentina,<sup>16</sup> além de estar presente em variados tratados internacionais, embora não haja utilização expressa do termo “Direito ao Cuidado”.

No Brasil, os principais estudos do cuidado relacionam-se à esferas científicas como a da Saúde.<sup>17</sup> Por outro lado, no âmbito jurídico, ainda que o

---

<sup>14</sup> WALDOW, Vera Regina. **Cuidar**: expressão humanizadora da enfermagem. Petrópolis: Vozes, 2006.

<sup>15</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Prestação de cuidados**: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno. Genebra: 2019.

<sup>16</sup> DOURADO MAPURUNGA, Francisco Alexandre. **Experiências exitosas em políticas de apoios e cuidados para pessoas com deficiência na América Latina e em países de outras regiões**: considerações para a construção da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2024. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/ddd425dd-1567-4861-8f9a-e429e1380e6c/content>>. Acesso em: 12 dez 2024.

<sup>17</sup> WALDOW, Vera Regina. **Cuidar**: expressão humanizadora da enfermagem. Op. cit.; MATOS DE OLIVEIRA, Ana Luísa. “Quem cuidará dos cuidadores?” Apontamentos sobre a jornada de

país seja munido de legislações internas protetivas de grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, pode-se dizer que o cuidado é tema relativamente recente enquanto valor jurídico a ser reconhecido e respeitado, bem como enquanto direito humano regional.

Não raro, a ausência de cuidados é questão que demanda políticas intersetoriais e se manifesta sob os mais diversos problemas no plano jurídico: abandono parental, aplicação desmensurada de medidas de segurança a inimputáveis, institucionalização forçada de pessoas idosas e pessoas com deficiência, etc., são apenas alguns exemplos.

No âmbito do direito do trabalho, outrossim, as problemáticas atreladas àqueles que exercem as atividades de cuidado – muitas vezes sem a remuneração necessária –, incluindo empregados(as) domésticos(as) e os(as) denominados(as) “cuidadores(as)”, vem ganhando cada vez destaque nas discussões, mormente porque envolve outras interseccionalidades e vulnerabilidades que se interrelacionam.

Nesse sentido, no Brasil, o trabalho de cuidado é predominantemente realizado por mulheres negras: em 2019, mulheres negras representavam 45% de todos os postos de trabalho no setor de cuidados, mas ainda enfrentam desigualdades estruturais significativas:<sup>18</sup> apenas a título exemplificativo, tem-se que no mercado de trabalho formal, em 2022, 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguiam contribuir para a Previdência Social, ficando sem acesso à rede de seguridade social.<sup>19</sup>

---

trabalho na saúde no Brasil. In.: **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 39-40, p. 121-135, jan./dez. 2019.

<sup>18</sup> BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Nota Informativa**: Trabalho Doméstico e Cuidado no Brasil. 2019. Disponível em: <[https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7\\_Orgaos/SNCF\\_Secretaria\\_Nacional\\_da\\_Politica\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Familia/Arquivos/Nota\\_Informativa/Nota\\_Informativa\\_N\\_1.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_1.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

<sup>19</sup> BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das Desigualdades**: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a Previdência. 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Na mesma toada, lembra a OIT que em todas as regiões do mundo, sem exceção, as mulheres desempenham a maior parte das atividades de cuidado, de forma não-remunerada (OIT, 2019).

### Trabalho Decente e Desenvolvimento Sustentável

O trabalho decente não é, em si, um tema novo, mas cada vez mais ganha novos desafios e perspectivas no âmbito global, notadamente exemplificados, aqui, por meio da OIT e da Organização das Nações Unidas (ONU).

No âmbito da OIT, em que pese discutida anos antes, foi em 1999 que a organização formalizou o tema, com a missão promover, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade.<sup>20</sup>

O trabalho decente está inserido dentro dos quatro objetivos estratégicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a saber:

- 1) o respeito aos direitos no trabalho:
  - i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
  - ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
  - iii) abolição efetiva do trabalho infantil;
  - iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação;
- 2) a promoção do emprego produtivo e de qualidade;
- 3) a extensão da proteção social e
- 4) o fortalecimento do diálogo social.<sup>21</sup>

Ao longo do tempo, o trabalho decente passou a fazer parte da Agenda 2030 da ONU, sendo inserido no Tema 8 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), intitulado “Trabalho decente e crescimento econômico”. A

<sup>20</sup> VILLATORE, Marco Antônio César; GUNTHER, Luiz Eduardo; MANNRICH, N.; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa (Org.). **Organização internacional do trabalho e direitos sociais**. Curitiba: Instituto Memória, 2021.

<sup>21</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Não basta haver trabalho, é imprescindível que este seja decente**. 2024. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/artigo-nao-basta-haver-trabalho-e-imprescindivel-que-este-seja-decente/>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ONU traçou os objetivos de trabalho decente e crescimento econômico em 10 metas, delimitando assim, a atuação a respeito do ODS 8:

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].<sup>22</sup>

A implementação do trabalho decente é de responsabilidade da OIT, e os objetivos, de modo geral, são para até 2030.

O direito humano ao trabalho decente também é protegido pelo âmbito interamericano de proteção aos direitos humanos, por meio da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)<sup>23</sup> e pelo Protocolo de San Salvador, que destacam os direitos trabalhistas como parte dos direitos econômicos, sociais e culturais. O Protocolo de San Salvador, em especial, reconhece o direito a condições justas de trabalho, igualdade salarial e segurança no ambiente laboral.

A Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos têm reforçado esses direitos, condenando práticas de exploração, discriminação e violações que afetam a dignidade e a justiça no trabalho. Nesse sentido, o Brasil já foi responsabilizado por violações ao trabalho decente e direitos humanos correlatos, a exemplo maior do caso Trabalhadores da fazenda Brasil Verde, que se encontravam em situação análoga à escravidão<sup>24</sup> e o caso empregados da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares, no qual trabalhadores, muitos deles mulheres e crianças em situação informal e à mercê de qualquer segurança ocupacional, sofreram acidentes graves de trabalho e muitos tiveram a vida ceifada.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: Trabalho decente e crescimento econômico**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

<sup>23</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS** (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969), 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 22 fev 2024.

<sup>24</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL SENTENÇA DE 20 DE OUTUBRO DE 2016** (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 2016. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_318\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf)>. Acesso em: 16 fev 2024.

<sup>25</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **CASO EMPREGADOS DA FÁBRICA DE FOGOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SEUS FAMILIARES VS.**

Como o cuidado exige trabalho, por si ou por terceiros, sobretudo em face de pessoas idosas e pessoas com deficiência, é possível inferir que uma política que reconheça o valor da atuação nesta seara, antes invisibilizada, pode se adequar a objetivos como o de alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens.

No âmbito interno, consoante visto acima, uma Política de cuidados que proteja o trabalho exercido pelos cuidadores não se relaciona apenas com a garantia do direito humano ao trabalho, mas como também se entrelaça com outros direitos sociais. Neste sentido, lembra Matos de Oliveira, *v.g.*, que “condições de trabalho decentes para os profissionais de saúde são essenciais para a prestação de serviços de saúde de qualidade e para garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso à proteção social da saúde”.<sup>26</sup>

## FATORES E ATUAÇÃO ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS

Conforme recorda Henrique Altemani de Oliveira, na Política há “um constante *processo negociador* que permite a atuação dos diferentes Estados, buscando promover seus interesses”.<sup>27</sup> Dentro desse processo de negociação, consoante acima visto, fatores internacionais e internos dos mais diversos interagem entre si, com resultados múltiplos.

Em termos da atenção que vem sendo dado ao direito ao cuidado no âmbito internacional e interno, dois fatores se sobressaem, a saber: (1) a solicitação de opinião consultiva, formulada pelo Estado da Argentina, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2023 e, na esfera interna brasileira, (2) a atuação legislativa e executiva, promovida em 2024 para fins de previsão de uma Política Nacional de Cuidados (Projeto de Lei - PL 2.762/2024).

---

**BRASIL.** SENTENÇA DE 15 DE JULHO DE 2020 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 2020. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_407\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_407_por.pdf)>. Acesso em: 20 fev 2024.

<sup>26</sup> MATOS DE OLIVEIRA, Ana Luísa. “Quem cuidará dos cuidadores?” Apontamentos sobre a jornada de trabalho na saúde no Brasil. Op. cit., p. 131.

<sup>27</sup> ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa.** Op. cit., p. 5.

## Consulta feita pela Argentina no Sistema Interamericano de Direitos Humanos sobre o Direito ao Cuidado e as Políticas Públicas Necessárias

Em 20 de janeiro de 2023, foi realizada pela Argentina uma solicitação de opinião consultiva à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), acerca das obrigações dos Estados-partes do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos quanto ao conteúdo e o alcance do direito humano a cuidar, a ser cuidado e ao autocuidado.<sup>28</sup>

Mais precisamente, foram feitas quatro tópicos centrais na referida solicitação, com os mais diversos questionamentos sobre o cuidado e o direito ao cuidado, a saber:

Os cuidados são um direito humano autônomo consagrado no artigo 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos? Em caso afirmativo, como é que o Tribunal entende o direito das pessoas a cuidar, a serem cuidadas e ao autocuidado? Que obrigações têm os Estados em relação a esse direito humano a partir de uma perspectiva de gênero, interseccional e intercultural e qual é o seu escopo? Quais são os conteúdos mínimos essenciais do direito que o Estado deve garantir, os recursos orçamentários que podem ser considerados suficientes e os indicadores de progresso que permitem monitorar o efetivo cumprimento desse direito? Que políticas públicas devem programar os Estados em matéria de cuidados para garantir o efetivo gozo desse direito e que papel desempenham especificamente os sistemas integrais de cuidado?

[...]

Quais são as obrigações dos Estados em matéria de cuidados (dar cuidados, receber cuidados e autocuidado) à luz do direito à igualdade perante a lei e do princípio da não discriminação consagrados nos artigos 24 e 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em termos de desigualdade de gênero? Quais são as obrigações dos Estados, à luz desses artigos, considerando a existência de fatores de vulnerabilidade, especialmente a situação socioeconômica, deficiência, idade, condição migratória, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros? Que medidas os Estados devem tomar para abordar a distribuição desigual das responsabilidades de cuidados com base em estereótipos de gênero, de acordo com o artigo 17 da CADH? Que obrigações têm os Estados à luz do artigo 8.b da Convenção de Belém do Pará sobre a modificação dos padrões socioculturais de comportamento de homens e mulheres em relação aos cuidados? Que critérios de igualdade devem ser levados em conta na adoção de

<sup>28</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **Solicitação de Opinião Consultiva SOC-2/23**, formulada pela Argentina. 24 nov. 2023. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/soc\\_2\\_2023\\_pt.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/soc_2_2023_pt.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2024.

disposições de direito interno em matéria de cuidados à luz do artigo 2º da CADH?

[...]

Quais são as obrigações de cuidado do Estado em relação ao direito à vida, à luz do artigo 4º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do artigo 6º da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas? Que medidas os Estados devem tomar à luz deste artigo em termos de cuidados para garantir condições de vida dignas?

[...]

Que obrigações de cuidado têm os Estados à luz do artigo 26º da CADH, dos artigos 1, 2 e 3 do Protocolo de San Salvador, do artigo 4º da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e do artigo III da Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência? São os cuidados não remunerados um trabalho, à luz do artigo 26 da CADH e dos artigos 6 e 7 do Protocolo de San Salvador? Que direitos possuem, à luz de tal legislação, as pessoas envolvidas em trabalhos de cuidado não remunerados e quais são as obrigações do Estado para com elas em relação ao direito ao trabalho? Como devem ser considerados os trabalhos de cuidado não remunerados nas prestações da seguridade social à luz do artigo 26 da CADH e do artigo 9 do Protocolo de San Salvador? Que medidas devem tomar os Estados, à luz do artigo 26 da CADH e dos artigos 6, 7 e 15 do Protocolo de San Salvador para garantir o direito ao trabalho daqueles que devem prestar cuidados não remunerados, incluindo licença maternidade e paternidade e infraestrutura de cuidados? **Quais são os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que prestam cuidados remunerados e quais são as obrigações do Estado para com eles/as, à luz do artigo 26 da CADH e dos artigos 3, 6, 7 e 9 do Protocolo de San Salvador?** Quais são as obrigações dos Estados em assuntos de direito à saúde, das pessoas que cuidam, das que recebem cuidados e do autocuidado, à luz do artigo 26 da CADH, dos artigos 10, 16, 17 e 18 do Protocolo de San Salvador, dos artigos 12 e 19 da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e do artigo III da Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência? Quais são as obrigações dos Estados em assuntos de direito à educação em relação aos cuidados, à luz dos artigos 19 e 26 da CADH e dos artigos 13 e 16 do Protocolo de San Salvador? Quais são as obrigações dos Estados em termos de infraestrutura de cuidados em geral, incluindo, mas não se limitando a, creches, berçários, residências para idosos, bem como acesso à água, saneamento, serviços públicos, alimentação e habitação, e em face das mudanças climáticas, à luz dos artigos 19 e 26 da CADH, dos artigos 11, 12, 16, 17 e 18 do Protocolo de San Salvador, dos artigos 12 e 19 da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Maiores e do artigo III da Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência?<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 1-24, grifos nossos.

Como se nota, discute-se se o direito humano ao cuidado é extraído por meio interpretativo de variados tratados internacionais, sobretudo naqueles que versam sobre direitos sociais e econômicos.

A solicitação tem como principal debate a responsabilidade dos Estados no tema e os possíveis reflexos na esfera interna, reconhecidamente de dificuldades econômicas e sociais.

Nesse sentido, conforme se extrai da solicitação de opinião consultiva, a Argentina explana que no âmbito interno os cuidados é tema tratado de forma individual ou como problemática a ser solvida pelas comunidades, não havendo lei regulamentadora específica, no que pese projeto de lei argentino busque mudar essa realidade.

Foi por força de um Projeto de Lei movido no plano legislativo argentino, pois, que o país decidiu realizar a solicitação consultiva, numa espécie de controle de convencionalidade prévio.

De outro lado, é sabido que na esfera doméstica a Argentina, por força da subida de um governo de extremista nas últimas eleições, vem enfrentando mudanças políticas na pauta e posicionamentos sobre temas sensíveis como o são os direitos sociais. Medidas como a desregulamentação econômica, cortes em programas sociais e restrições ao direito de protesto são vistas como retrocessos nos direitos fundamentais e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) já expressou inquietação com a repressão a manifestações e a potencial violação de liberdades civis no país.<sup>30</sup>

Mesmo assim, uma vez que o sistema interamericano de proteção aos humanos já passou, variadas vezes, por períodos de turbulência na relação com governos (Serbin, 2013; Loureiro, 2021),<sup>31</sup> a Argentina continua vinculada ao

---

<sup>30</sup> OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (OPEB). **Retrocesso generalizado nos direitos humanos na Argentina de Milei**. 07 de nov 2024. Disponível em: <<https://opeb.org/2024/11/07/retrocesso-generalizado-nos-direitos-humanos-na-argentina-de-milei/>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

<sup>31</sup> SERBIN, Andrés; PONT, Andrei Serbin. La política exterior de la República Bolivariana de Venezuela y el Sistema Interamericano de Derechos Humanos como obstáculo. **Pensamiento propio**, n. 38, 2013; LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. Backlash

sistema interamericano de proteção aos direitos humanos e deve respeito às decisões da Corte Interamericana.

Processualmente, no âmbito interamericano, em março de 2024 foram realizadas e transmitidas audiências públicas sobre o direito humano ao cuidado, voltadas a conferir subsídios aos julgadores da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no exercício da competência consultiva daquele Tribunal.

Outrossim, o processo consultivo contou com a participação de diversos *amici curiae* na forma de pareceres escritos oriundos de diversas Instituições, que apresentaram suas considerações acerca dos questionamentos em pauta.

Ainda não há Opinião Consultiva proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, aguardando-se análise por parte desse Tribunal Internacional protetivo. Enquanto isso, a discussão vem avançando no âmbito interno brasileiro, em prol da previsão e execução de uma Política Nacional de Cuidados.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui histórico de consultas significativas no âmbito do Direito ao Trabalho, tratando sobre assuntos variados sobre liberdade sindical e igualdade de gênero<sup>32</sup> etc., de forma que a Opinião Consultiva sobre um direito humano ao cuidado vem sendo bastante aguardada.

Sob outro vértice, os Estados, na atuação política de seus interesses e para fins estratégicos na arena dos direitos humanos, procuram evitar futuras responsabilizações internacionais quanto aos cuidados para com sua população.

### Atuação Brasileira: Política Nacional de Cuidados em Pauta

A Política Nacional de Cuidados, no que concerne à sua relação com o trabalho decente, visa a propor a implementação de ações que possibilitem a

---

contra o sistema interamericano de direitos humanos. Uma análise sobre o caso Venezuela. **Anuario mexicano de derecho internacional**, v. 21, p. 831-865, 2021.

<sup>32</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CORTE IDH). **OPINIÓN CONSULTIVA OC-27/21 DE 5 DE MAYO DE 2021 SOLICITADA POR LA COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS DERECHOS A LA LIBERTAD SINDICAL, NEGOCIACIÓN COLECTIVA Y HUELGA, Y SU RELACIÓN CON OTROS DERECHOS, CON PERSPECTIVA DE GÉNERO**. Costa Rica: Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2021. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_27\\_esp1.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_27_esp1.pdf)>. Acesso em: 25 fev 2024.

compatibilização entre o trabalho remunerado e as responsabilidades de cuidado, incentivando tanto o setor público quanto o privado a adotarem medidas que facilitem essa conciliação.

Também visa promover a corresponsabilização social e de gênero na prestação de cuidados. Ao promover a redistribuição equitativa dessas tarefas, a política visa reduzir a sobrecarga e garantir que todos tenham acesso a cuidados de qualidade.

A implementação dessa política também prevê melhorias na infraestrutura de serviços públicos, como creches, instituições de longa permanência para idosos e serviços domiciliares, promovendo qualidade de vida para cuidadores(as) e pessoas cuidadas.

Francisco Alexandre Dourado Mapurunga mapeou práticas internacionais de apoio e cuidado a pessoas com deficiência feita por oito países da América Latina, além de países como o Canadá e Espanha, observando múltiplas possibilidades que destacam a potência de políticas públicas nesse sentido:

Por meio da análise comparada, identificou-se uma série de práticas exitosas de apoios e cuidados que têm o potencial de informar e apontar caminhos o desenvolvimento da Política Nacional de Cuidados do Brasil. A revisão dessas experiências internacionais sublinha a importância de adotar uma perspectiva inclusiva e interseccional na formulação de políticas públicas de cuidados, que considere as necessidades específicas das pessoas com deficiência em diferentes contextos socioeconômicos e culturais. As políticas de cuidados examinadas demonstram a necessidade de uma abordagem integral, com medidas transversais de apoio, incluindo elementos institucionais, bem como políticas específicas, como a serviços especializados e ações voltadas para a transformação cultural, regulamentação, tempo para cuidar-se, e garantia de que haverá recursos necessários. Em essência, tais experiências compartilham da ideia do cuidado como direito universal, implementado de maneira progressiva e sensível às diferenças, considerando os públicos e os contextos em que são aplicadas. Os exemplos destacam a potência de políticas de apoios e cuidados integrados, que promovem a coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade, para responder às necessidades complexas das pessoas com deficiência, em diferentes contextos, enquanto pessoas que cuidam e que recebem cuidados (ONU Mulheres/CEPAL, 2022). Estas experiências reforçam a necessidade de implementar políticas públicas que sejam acessíveis, baseadas nos direitos humanos e que fomentem a vida independente e a inclusão na comunidade. A análise também evidencia a importância de políticas públicas que contemplem a capacitação e formação de

profissionais de cuidado, a promoção de ambientes acessíveis e inclusivos, bem como a garantia de suporte financeiro e recursos para as pessoas com deficiência e seus cuidadores. Além disso, ressalta-se a necessidade de promover a participação ativa das pessoas com deficiência no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas de apoios e cuidados, assegurando que suas vozes e experiências sejam integralmente consideradas. Destaca-se em especial, o papel as políticas de provisão do serviço de atendentes pessoais e assistência em domicílio, assim como o componente de articulação e gestão comunitária dessas experiências. Esses aspectos fazem a interface entre a política de apoios e cuidados e os direitos expressos na CDPD, em seu artigo 19, que trata da vida independente e inclusão na comunidade. São elementos importantes para que a política de apoios e cuidados se revista de uma abordagem de direitos, promotora da emancipação das pessoas com deficiência.<sup>33</sup>

Em 12 de novembro de 2024 a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2.762/2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, e em 05 de dezembro de 2024 o Senado Federal também aprovou, por unanimidade, deste Projeto (Substitutivo do PL 5.791/2019).

Observe-se que a ideia legislativa inicial em prol de uma Política de Cuidados no Brasil se deu em 2019, embora as discussões, sobre um direito ao cuidado e sobre como garantir o trabalho decente para com aqueles que exercem os cuidados, tenham tomado maior vulto em 2024.

O crescimento expressivo do envelhecimento populacional e a pandemia mundial de COVID-19 (coronavírus) enfrentada a partir dos anos 2020<sup>34</sup> certamente foram outros fatores possíveis que auxiliaram a jogar luz para urgência e necessidade de garantia de cuidados e de apoio, por parte do Estado, àqueles que exercem trabalhos neste setor.

Por certo, as variáveis e pressões exercidas em prol da pauta de uma política de cuidados pelo Estado pode também encontrar sua razão em fatores

<sup>33</sup> DOURADO MAPURUNGA, Francisco Alexandre. **Experiências exitosas em políticas de apoios e cuidados para pessoas com deficiência na América Latina e em países de outras regiões**: considerações para a construção da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Op. Cit., p. 50.

<sup>34</sup> VIEIRA, Nayara de Holanda; TEIXEIRA, Solange Maria. *Ageísmo e desigualdades contra a pessoa idosa em contexto pandêmico: reatualização das demandas por uma política nacional de cuidado*. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 106–126, 2024. DOI: 10.5433/1679-4842.2024v27n1p106. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/48561>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

estruturais. No entanto, repise-se que somente agora ações em prol de política pública de cuidados alçaram resultados significativos.

A Política Nacional de Cuidados não fica incólume de questionamentos, notadamente no que concerne às questões orçamentárias e de consecução da proteção social pelo Estado a todas as pessoas.

No fechamento deste artigo (dezembro/2024) o PL 2.762/2024 foi aprovado e sancionado pelo chefe do Poder Executivo, tornando-se na Lei nº 15.069, em vigor desde 23 de dezembro de 2024.

A previsão e os esforços em prol de uma Política Nacional de Cuidados parece reforçar o compromisso do Brasil com instrumentos internacionais de direitos humanos e está inserido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, conforme visto, destacam a necessidade de políticas inclusivas e responsáveis no campo dos cuidados.

Em outras palavras, a Política Nacional de Cuidados representa um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equilibrada, ao reconhecer o cuidado como um direito e uma responsabilidade coletiva.

Certamente, as questões sobre o cuidado não serão cessadas com a sanção da Política Nacional dos Cuidados, mas este será um importante reconhecimento em termos jurídicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo abordou a Política de Cuidados como um meio estratégico para assegurar o trabalho decente no Brasil, analisando a interação entre agendas internacionais e nacionais.

Verificou-se que as Políticas Públicas, dentre as quais se enquadra a Política de Cuidados, não se perfaz apenas com base nas variáveis domésticas, mas como também são produtos das influências internacionais que as circundam, a exemplo maior da Solicitação de Consulta feita pela Argentina à

Corte Interamericana de Direitos Humanos e, no âmbito global, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o trabalho decente.

Também foi possível constatar nos estudos ora apresentados que a Política de Cuidados não se deu de forma linear, mas é resultado da interação de múltiplos atores nacionais e internacionais.

Com efeito, a abordagem multidisciplinar do artigo permitiu identificar que as políticas públicas de cuidado não só podem garantir melhores condições para os cuidadores e para aqueles que necessitam de cuidados, mas como também possuem potencial para fomentar um ambiente de trabalho mais justo e equitativo, alinhado com os parâmetros de trabalho decente definidos pela OIT.

Outra conclusão possível, por fim, a partir da análise de caso, é a de que as relações internacionais e relações políticas internas geram resultados e efeitos ao âmbito jurídico e vice-versa, de modo que a hipótese inicial do trabalho restou comprovada.

Em outros termos: o estudo corrobora a hipótese inicial de que a criação e implementação de uma Política Nacional de Cuidados possuem caráter estratégico para o Brasil, tanto no cenário doméstico quanto no internacional, promovendo avanços sociais e evitando possíveis responsabilizações por violações de direitos humanos.

Por fim, é oportuno mencionar que a sanção do PL 2.762/2024 – atual Lei nº 15.069/2024, é considerado um marco na consolidação de uma sociedade mais inclusiva e equilibrada. Reforça-se, outrossim, que o monitoramento e a evolução dessa política são fundamentais para garantir sua implementação a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

ALTEMANI OLIVEIRA, Henrique. **Política Externa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations** 9th ed.. USA: Oxford University Press, 2023.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicolau. **Dicionário de política**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das Desigualdades**: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a Previdência. 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Nota Informativa**: Trabalho Doméstico e Cuidado no Brasil. 2019. Disponível em: <[https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7\\_Orgaos/SNCF\\_Secretaria\\_Nacional\\_da\\_Politica\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Familia/Arquivos/Nota\\_Informativa/Nota\\_Informativa\\_N\\_1.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_1.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Não basta haver trabalho, é imprescindível que este seja decente**. 2024. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/artigo-nao-basta-haver-trabalho-e-imprescindivel-que-este-seja-decente/>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **Solicitação de Opinião Consultiva SOC-2/23**, formulada pela Argentina. 24 nov. 2023. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/soc\\_2\\_2023\\_pt.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/soc_2_2023_pt.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **CASO EMPREGADOS DA FÁBRICA DE FOGOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS E SEUS FAMILIARES VS. BRASIL**. SENTENÇA DE 15 DE JULHO DE 2020 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 2020. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_407\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_407_por.pdf)>. Acesso em: 20 fev 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). **CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL SENTENÇA DE 20 DE OUTUBRO DE 2016** (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas), 2016. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_318\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf)>. Acesso em: 16 fev 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CORTE IDH). **OPINIÓN CONSULTIVA OC-27/21 DE 5 DE MAYO DE 2021 SOLICITADA POR LA COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS DERECHOS A LA LIBERTAD SINDICAL, NEGOCIACIÓN COLECTIVA Y HUELGA, Y SU RELACIÓN CON OTROS DERECHOS, CON PERSPECTIVA DE GÉNERO**. Costa Rica: Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2021. Disponível em: <[https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_27\\_esp1.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_27_esp1.pdf)>. Acesso em: 25 fev 2024.

DOURADO MAPURUNGA, Francisco Alexandre. **Experiências exitosas em políticas de apoios e cuidados para pessoas com deficiência na América Latina e em países de outras regiões**: considerações para a construção da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2024. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/ddd425dd-1567-4861-8f9a-e429e1380e6c/content>>. Acesso em: 12 dez 2024.

LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. *Backlash contra o sistema interamericano de direitos humanos*. Uma análise sobre o caso Venezuela. **Anuario mexicano de derecho internacional**, v. 21, p. 831-865, 2021.

MATOS DE OLIVEIRA, Ana Luísa. “*Quem cuidará dos cuidadores?*” *Apointamentos sobre a jornada de trabalho na saúde no Brasil*. In.: **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 39-40, p. 121-135, jan./dez. 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (OPEB). **Retrocesso generalizado nos direitos humanos na Argentina de Milei**. 07 de nov 2024. Disponível em: <<https://opeb.org/2024/11/07/retrocesso-generalizado-nos-direitos-humanos-na-argentina-de-milei/>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: Trabalho decente e crescimento econômico**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS** (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969), 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 22 fev 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Prestação de cuidados**: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno. Genebra: 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 22ª Edição, 2024.

RECK, Janriê Rodrigues. **O direito das políticas públicas**: regime jurídico, agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn (orgs.). **The power of human rights: international norms and domestic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROSENAU, J. N. **The scientific study of foreign policy**. New York: Nichols Publishing Company, 1980.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed., rev. e atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SERBIN, Andrés; PONT, Andrei Serbin. *La política exterior de la República Bolivariana de Venezuela y el Sistema Interamericano de Derechos Humanos como obstáculo*. **Pensamiento propio**, n. 38, 2013.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e a justiça internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TRONTO, Joan. *Vicious circles of privatized caring: Care, Equality, and Democracy..* In: Maurice Hamington; Dorothy Miller (eds.). **Socializing Care: Feminist Ethics and Public Issues**, and Littlefield Publishers, 2006.

VIEIRA, Nayara de Holanda; TEIXEIRA, Solange Maria. *Ageísmo e desigualdades contra a pessoa idosa em contexto pandêmico: reatualização das demandas por uma política nacional de cuidado*. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 106–126, 2024. DOI: 10.5433/1679-4842.2024v27n1p106. Disponível em:

<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/48561>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

VILLATORE, Marco Antônio César; GUNTHER, Luiz Eduardo; MANNRICH, N.; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa (Org.). **Organização internacional do trabalho e direitos sociais**. 1. ed. Curitiba: Instituto Memória, 2021.

WALDOW, Vera Regina. *Cuidar*: expressão humanizadora da enfermagem. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 27; BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ética e na espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.